



RESENHA

PIROLA, Ricardo Figueiredo. *Senzala insurgente. Malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)*. Campinas. Editora UNICAMP, 2011. ISBN 978-85-268-09934-5. 303 p.

Ênio José da Costa Brito*

O processo crime de 1832, transcrito e publicado pela primeira vez por Suely Robles Reis de Queiroz em 1977, foi revisitado por Regina Xavier no final da década de 1990. Esses primeiros estudos apontavam já para a riqueza do documento, sem, contudo, explorá-lo minuciosamente¹.

Essa tarefa foi realizada recentemente por Ricardo Figueiredo Pirola, em sua dissertação de mestrado, defendida em março de 2005 na UNICAMP e publicada em 2011. A publicação não teve a acolhida merecida e passou parcialmente despercebida. No entanto, a qualidade da pesquisa e os recursos metodológicos empregados pelo autor são um convite irrecusável para uma retomada do texto. Nossa intenção, nessa releitura, comporta dois movimentos: apresentar a estrutura básica do texto, retomando suas principais ideias e, em seguida, tecer um breve comentário para explicitar as principais contribuições no campo historiográfico dado pelo autor.

O objetivo do autor é amplo e desafiador:

A partir do plano de insurreição de 1832 e da trajetória de seus conspiradores, pretendo debater o tema da mobilização coletiva das senzalas e suas conexões com a família escrava, o trabalho especializado/doméstico e a herança das tradições africanas" (29).

Para realizar o que propõe, o autor recorre ao método da ligação nominativa de fontes para rastrear a presença dos revoltosos de 1832 nas mais diferentes fontes e épocas de suas vidas.

Suas principais fontes de pesquisa: inventários post-mortem dos arquivos judiciais de Campinas, as listas nominativas de recenseamentos antigos e os assentos de batismos

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC-SP.

¹ Os autores citados por Pirola serão indicados nas notas de rodapé, para que o futuro leitor possa consultar, caso queira. S.R.R. de QUEIROZ. *Escravidão negra em São Paulo*, e R.C.L. XAVIER. *Religiosidade e escravidão, século XIX*.

e casamentos de escravos da Igreja Católica. O fato de serem fontes disponíveis em arquivos bem cuidados não eliminou o diuturno trabalho analítico realizado por Pirola.

Os dados obtidos foram organizados em três longos e bem articulados capítulos, intitulados: *Revolta escrava em Campinas; Família escrava e revolta* e *Os líderes Diego Rebolo e João Barbeiro*. Capítulos que visam responder questões que, para o autor, permaneceram abertas após os primeiros estudos do processo crime de 1832.

Quem eram os escravos que decidiam trabalhar na organização de um plano coletivo de insurreição? Quais as suas relações com os demais cativos da senzala? Teria a família escrava inibido a rebelião? Teriam as diferenças de origem e a ocupação de cargos especializado e doméstico dividido as senzalas? (27).

Fazendas, escravos e senhores

O início da colonização da região de Campinas deu-se na década de 1720, com a doação de sesmarias, mas só em meados do século XVIII moradores se fixaram na região. Em 1774, o antigo bairro rural de Jundiá passou à condição de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas e iniciou-se a construção da primeira Igreja. *A boa qualidade das terras para o plantio de cana e produção de açúcar (associada à alta dos preços) atraiu muitos proprietários e promoveu a importação maciça de africanos.* (52).

Em 1792, Floriano de Camargo Penteado e seu irmão Antônio fundam duas fazendas, Ponte Alta e Ponte Alta de Cima, futuro epicentro dos acontecimentos de 1830 que envolveu 11 fazendas.

As histórias de vida desses 11 senhores que tiveram seus escravos envolvidos no plano de revolta de 1832 são muito parecidas. Todos chegaram a Campinas no final do século XVIII e começo do XIX, com a subida repentina do preço do açúcar no mercado mundial. Buscavam plantar cana-de-açúcar e enriquecer (57).

Foram necessários poucos anos para que a região se tornasse uma das principais áreas de *plantation* da província de São Paulo, com uma população cativa que ultrapassava a livre. Motivo de sobra para preocupar as autoridades encarregadas de zelar pela ordem.

Os depoimentos dos escravos revelaram o alto grau de organização do plano de revolta de 1832, com seus comandos e divisão de tarefas e o envolvimento de escravos de 15 grandes fazendas de Campinas. Deu a conhecer, também as principais lideranças: o liberto e fugitivo João Barbeiro, morador de São Paulo, Diego Rebolo, adivinho, chamado de "pai" ou "mestre" pelos escravos, e Marcelino, o tropeiro, escravos de

Joaquim José dos Santos. "*Diego Rebolo era responsável por presidir os encontros dos escravos, elaborar as mezinhas e fazer adivinhações*" (77).

As mezinhas eram de capital importância para a futura insurreição, pois, além de fechar o corpo dos escravos, alentava a reação dos brancos. O dinheiro obtido com a venda das mesmas era enviado para João Barbeiro e destinava-se para a compra de armas.

A insurreição, planejada para ocorrer no Natal de 1831, por falta de recursos (armas) foi transferida para o "feriado da quaresma" de 1832, isto é, Domingo de Páscoa. Por precaução, só os chefes sabiam a data da eclosão. "*Garantir que o plano ficasse em segredo, ao mesmo tempo em que um número cada vez maior de escravos se comprometesse com a insurreição, não era tarefa das mais fáceis para os líderes rebeldes*" (43-44). Tanto, que o comportamento de alguns levantou suspeitas que levaram à descoberta da rebelião.

Os depoimentos não deixam dúvidas de serem os acontecimentos das primeiras décadas do século XIX acompanhados pelos escravos. "*Era necessário, então, aproveitar o momento de fortes transformações para impor seus próprios projetos políticos e alcançar a tão almejada alforria*" (49).

A análise dos inventários post-mortem das três primeiras décadas do século XIX (1806-1835) revelou uma concentração de cativos nas grandes propriedades, predominando africanos do sexo masculino e jovens, originários, principalmente do Centro-Oeste, e um leve aumento da presença de escravos vindos da África Oriental e Ocidental.

A sentença proferida no dia 11 de maio de 1832 condenou 31 escravos mais o liberto João Barbeiro, considerado como cabeça da insurreição. Entre os condenados predominavam os Congos, seguidos dos Monjolos e Rebolos. Digna de nota é a ausência, entre os condenados, de africanos da Costa Ocidental e a baixa representatividade Angola, apesar da presença significativa deles nas fazendas. "*Provenientes de uma mesma região da África Central, os revoltosos descobriram nas senzalas brasileiras uma grande proximidade cultural que os uniu para enfrentar as dificuldades do cativo e planejar movimentos coletivos de rebeldia*" (77-78).

A maioria dos escravos chegou entre os anos 1819 e 1822. Tendo passado por experiências semelhantes, teceram laços de solidariedade para além das diferenças culturais.

Participaram efetivamente do plano escravos ladinos com idades entre 30 e 49 anos, com muito tempo de casa, amplo conhecimento do mundo senhorial, conhecedores da língua portuguesa e uma extensa rede de contatos.

Alguns dos participantes exerciam atividades especializadas: três tropeiros, um ferreiro e um cozinheiro. Em geral, essas atividades especializadas ou domésticas exigiam um tempo de casa e preparação. Por outro lado abriam a possibilidade de certa

autonomia e mobilidade. "*De qualquer forma, não deixa de ser bastante significativo que 15% dos principais articuladores e líderes da trama exercessem algum tipo de trabalho especializado ou doméstico*" (84).

O autor observa que o número de mulheres com trabalho doméstico na região era baixo para as médias nacionais, e que os senhores não davam preferência a determinados grupos étnicos para conceder trabalho especializado. As pequenas mordomias dos trabalhadores especializados não os inibiu de lutarem pela libertação.

O compadrio e suas dimensões políticas

Recorrendo às listas dos censos populacionais elaboradas antes da descoberta do plano e à documentação eclesiástica, o autor constata um dado surpreendente: a maioria dos envolvidos na trama estava ligada por laços de parentesco. "*Dos 32 escravos acusado de envolvimento com a trama, consegui dados de 21, dos quais 13 eram solteiros e 8, casados*" (107).

Na região, a família escrava não se constituía num contraponto para a rebelião. O número maior de casamentos ocorria entre africanos (80%), seguido dos entre crioulos e africanos (17%) e de um número baixo de crioulos entre si (2,7%). O número relativamente alto de uniões mistas indica uma convivência harmoniosa entre crioulos e africanos. O fato de os crioulos serem a primeira geração nascida aqui de pais africanos (Congo Norte/ Congo Sul) facilitou o relacionamento. Para Pirola, "*nem o casamento e nem as diferenças de origem construíram barreiras intransponíveis para a formação de revoltas coletivas*" (112).

Uma extensa rede de parentesco se espalhava pela região. O autor acompanha várias trajetórias familiares de homens e mulheres cativas. Acompanha de perto a família de Fabiano crioulo, indiciado no levante, filho dos escravos benguelas José e Catarina. O casal teve sete filhos batizados na Igreja - Fabiano era o segundo filho.

Outras famílias acompanhadas de perto: a de Felizardo crioulo e Américo crioulo, ambos envolvidos nos planos da insurreição. Américo teve como padrinho de batismo os escravos benguelas José e Catarina.

Pode-se perguntar: qual a autonomia escrava no momento de escolha do padrinho? Absoluta não é, mas não se pode negar certa liberdade, tanto é verdade que há uma relativa lógica nos apadrinhamentos. "*O fato de certos escravos serem escolhidos por outros parceiros de escravidão para batizarem seus filhos demonstra a consideração e o respeito que tinham dentro da comunidade em que viviam, e os laços que foram construindo ao longo do tempo*" (127).

Em seguida, recupera as histórias familiares de cinco dos oito africanos revoltosos: Junuário Cabinda, Francisco Moçambique, Miguel Monjolo, Diego Rebolo, líder dos escravos em Campinas, e Ignácio. Em geral, esses escravos estavam envoltos numa

extensa rede de parentesco. Diego Rebolo, líder em Campinas, e sua mulher Joana apadrinharam filhos de seus parceiros de escravidão.

Na trama de Campinas não houve mulher indiciada, o que não elimina a colaboração das mesmas de várias maneiras. Foi através do compadrio que, gradualmente, redes de parentesco foram tecidas entre os revoltosos de 1832. *"É possível dizer que parte dos revoltosos formaria a chamada 'elite' da senzala. Tinham família, trabalho especializado e referências geracionais nas propriedades em que viviam"* (149).

Cultura, religiosidade e rebelião

Para entender melhor a atuação do escravo Diogo Rebolo, principal líder da insurreição, e do liberto João Barbeiro, o autor analisa as suas histórias de vida, tendo como ponto de partida as heranças africanas compartilhadas por povos da África Central, nas quais a religião tem um papel fundamental, pois molda toda a vida. O núcleo dessa cosmovisão encontra-se nos conceitos de ventura e desventura.

Para Pirola,

trata-se, portanto, de uma maneira de perceber a religiosidade dos habitantes da África Central a partir de seus fundamentos principais ou paradigmas centrais, enfatizando menos as diferentes manifestações exteriores adotadas ao longo do tempo e em diferentes regiões (165).

Com a diáspora, muitas dessas práticas religiosas migraram para o Brasil, migração confirmada por vários historiadores (Mary Karasch, Luis Felipe de Alencastro e Robert Slenes, entre outros). Portanto, o eixo condutor da análise do papel de Diogo Rebolo e João Barbeiro são as formas centro-africanas de entender o mundo e agir nele.

Diogo Rebolo era detentor de habilidades especiais, tanto que o chamavam de "pai" e "mestre". Os escravos *"relataram também que o pai/mestre Diogo Rebolo era o fazedor das mezinhas e o condutor dos encontros, sendo ainda versado na arte divinatória, feita com o uso de um livro que possuía um nariz de cachorro na capa"* (174).

O autor pergunta pelo tipo de manifestação religiosa que poderia estar ligada à insurreição. Os indícios são de um culto coletivo de aflição, incluindo características dos cultos kimpasi. Cultos que, na África Central, eram realizados em momentos de "feitiçaria em larga escala".

Um dos rituais mais presentes, o das mezinhas, servia para livrar ou curar feitiço. *"Para os centro-africanos, o feitiço nada mais era do que o resultado do uso das forças do outro mundo para benefício próprio ou para prejuízo de alguém"* (178).

As mezinhas fechavam o corpo dos escravos, evitando os ferimentos ou a morte e tornavam lenta a reação dos sentidos dos senhores. Não se pode esquecer que, na trama de 1832, havia um cozinheiro que poderia ter ajudado também “propinando veneno” na comida dos senhores. Uma lei especial de 10 de junho de 1835, três após o ocorrido em Campinas, tornou a questão do envenenamento, dos senhores ou dos escravos, um crime inafiançável, sem nenhuma possibilidade de recursos.

Os líderes

O depoimento dos escravos Francisco Crioulo e Januário Cabinda oferecem detalhes para a compreensão do papel de Diogo Rebelo na trama. O primeiro afirmou que ficara espiritualizado durante o ritual e o segundo que fora até a casa de Diogo Rebelo tomar mezinha.

Diogo Rebelo, além de oferecer mezinhas nos encontros e em casa, conforme depoimentos do escravo Januário Cabinda, realizava sessões de adivinhações, decifrando mensagens dos espíritos. Entre os seus objetos rituais encontraram um livro de adivinhações e imagens de santos católicos.

A associação entre o plano de insurreição de 1832 e o culto coletivo de aflição esclarece a própria estrutura organizacional da trama: capitães, comandantes, devem ser vistos como assistentes do líder espiritual. Os senhores desconheciam e menosprezavam o potencial de organização das manifestações religiosas dos escravos. A ausência de mulheres no julgamento é um sinal claro desse desconhecimento, pois os movimentos religiosos ocorridos no século XIX na África e no Brasil mostram que as mulheres ocupavam lugar de destaque nos cultos de aflição.

A prática do compadrio também é iluminada pelas tradições centro-africanas. O exame das relações de parentesco entre os escravos envolvidos na trama deixa claro que os casais apadrinhadores faziam parte de um grupo seletivo, com longa permanência na região e autoridade moral. *“Juntamente com o casal Diogo Rebelo/Joana, os escravos Januário Cabinda/Escolástica devem também ter entrado para o rol dos apadrinhadores pelo peso e importância das tradições centro-africanas”* (199).

São poucas as informações na carta-denúncia ao juiz de paz e no processo crime sobre João Barbeiro, ex-escravo do cônego Melchior Fernandes Nunes de Camargo. Por ocasião da trama, ele se encontrava em São Paulo, morando no Bexiga, com a responsabilidade de comprar armas e cooptar escravos para a insurreição. O seu contato com os escravos da região de Campinas era anterior, pois, em 1830, participara de uma trama; preso, foi enviado para cadeia em São Paulo, de onde fugiu.

Informações do processo-crime apontam para ligações perigosas entre o liberto e os revoltosos. Seu ofício de barbeiro, ligado intimamente à arte de curar, facilitava o contato com a população cativa.

"Assim como o pai/mestre Diogo Rebolo, o liberto João Barbeiro, muito provavelmente, também conseguia produzir suas poções curativas e conduzir certos ritos que livravam seus seguidores da ação maléfica do feitiço" (209). A movimentação de João Barbeiro mostra claramente que a condição de liberto não impedia o contato com os escravizados.

Rebeldia na ótica dos pesquisadores

Para o pioneiro dos estudos afro-brasileiros Nina Rodrigues², os yoruba são superiores em tudo aos bantu, tanto na vida social quanto religiosa. No âmbito da rebeldia, a religião islâmica exerceu um papel fundamental.

Arthur Ramos, Edson Carneiro e Roger Bastide³ acolheram as interpretações de Nina Rodrigues sob um viés culturalista, isto é, dando menor ênfase aos conceitos de raça e mestiçagem e priorizando os conceitos de cultura e aculturação. Para a crítica de Nina Rodrigues e seus seguidores, o autor recorre a Stefania Capone, que, ao estudar os cultos afro-brasileiros, mostra como eles se deixaram influenciar por teorias evolucionistas e estereótipos raciais⁴.

Na década de 1960-1970, Clovis Moura, Décio Freitas, José Alípio Goulart e Suely Robles Reis de Queiroz interpretam a rebeldia escrava como luta de classe, eliminando a presença da religião no processo⁵.

A pesquisa nos arquivos levou Goulart e Queiroz à constatação de que a insurreição esteve presente em todas as províncias do país. Queiroz foi a primeira a reconhecer a organização das insurreições bantu.

Para João José Reis, Flávio Gomes, Maria Helena Machado e Marcos Ferreira de Andrade⁶, a rebeldia escrava apontava para transformações nas relações entre escravos e senhores - não eram só movimentos reativos.

Robert Slenes, estudando há anos os escravizados no Sudeste, insiste na importância das heranças centro-africanas para a vida das sociedades escravistas do século XIX no

² N.RODRIGUES. *Os africanos no Brasil*.

³ A.RAMOS. *A aculturação negra no Brasil*; E.CARNEIRO. *Religiões negras: negros bantos*; R.BASTIDE, *As religiões africanas no Brasil*.

⁴ S.CAPONE. "Entre Yoruba et Bantou..

⁵ C.MOURA. *Rebeliões da senzala*; D.FREITAS. *Insurreições escravas*; J.A.GOULART. *Da fuga ao suicídio*.

⁶ J.J.REIS. *Rebelião escrava no Brasil*; F.GOMES. *Histórias de quilombolas*. M.H. MACHADO. *O plano e o pânico*. M.F.de ANDRADE. "Rebeldia e resistência: as revoltas escravas na província de Minas Gerais (1831-1840).

Brasil⁷. A insurreição de 1848, por exemplo, foi profundamente marcada pelo culto de aflição de tipo kimpassi.

Regina Xavier e Marin Lienard⁸ levam em conta a tese da proximidade cultural. Este enfatiza os paralelismos entre as rebeldias africanas e as ocorridas no Brasil e em Cuba. Já Regina Xavier destaca a cosmovisão semelhantes dos revoltosos de 1832, o que os leva à união.

Ao estudar a rebeldia, Pirola viu na religião uma das formas encontradas pelos escravos para se defenderem da “feitiçaria escravista”. Uma condição essencial para que isto ocorra é não separar a religião do dia-a-dia dos escravizados.

O poder dos revoltosos escravos não estava apenas nas azagaias, facas e espingardas, que juntavam para a revolta, estava também na capacidade de curar feitiço, no poder dos espíritos invocados, nos dons sobrenaturais do pai/mestre Diogo Rebolo e do liberto João Barbeiro (226).

Comentários

A leitura de *Senzala insurgente* confirma a afirmação final do prefácio feita por Robert Slenes: “finalmente, os intrincados indícios do plano de 1832 - melhor, os próprios indiciados - encontraram seu historiador” (SLENES apud PIROLA, 2011: 20).

Pirola conseguiu ver por dentro a insurreição graças ao ingente trabalho com as fontes que questionavam conclusões generalizantes, tanto em relação aos indícios quanto em relação aos indiciados. Com base nos dados e em diálogo com estudos historiográficos recentes, resgatou alguns temas presentes no estudo das sociedades escravistas, que eram lidos por lentes de pouco alcance.

O tema da relação entre família escrava e rebelião, que tem suscitado inúmeras discussões, é retomado pelo autor. Superado o problema da existência da família escrava - até pouco tempo atrás, pensava-se que os escravizados não constituíam família -, os estudos historiográficos passaram a discutir o seu papel na sociedade escravista.

Para alguns pesquisadores, família e rebelião não combinam. No entanto, os dados mostraram que ter constituído família não impediu a participação na trama rebelde. O casamento, como os trabalhos especializados, não foram impedimento na luta pela liberdade.

O autor explicitou a força simbólica e a permanência das heranças africanas, que não foram perdidas com a “passagem do meio”. Preservadas, emergiram aqui e ali nas

⁷ R.W.SLENES, Robert W. “A árvore da Nsanda transplantada: cultos kongos de aflição e identidade escrava no sudeste brasileiro (século XIX), in LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (orgs.) *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.

⁸ LIENHARD, Martin. *O mar e o mato: histórias da escravidão*. Luanda: Kilombe-lombe, 2005.

brechas do sistema, impregnando todas as práticas culturais, das festas ao simples carpir. Mais: a situação diaspórica possibilitou compartilhar e tecer redes simbólicas mais sólidas entre os escravizados de etnias diversas.

Gradualmente, Pirola preparou o leitor para superar visões redutivas da rebeldia escrava. Na década de 1960 e 1970, a rebeldia escrava lida a partir de modelos externos foi despojada de suas heranças africanas mais profundas, como a religiosa. Num trabalho artesanal, a dimensão religiosa não só foi resgatada, mas revestida de uma dimensão epistemológica fundamental para a compreensão das motivações profundas da rebeldia escrava.

Até recentemente, o traço que separava bantu e yoruba era a capacidade de assimilação e adaptação dos primeiros e as habilidades especiais dos segundos para desenvolver certas tarefas. Assim, as rebeliões de matriz yoruba eram estruturadas, com uma intencionalidade bem definida, enquanto as de matriz bantu mais espontâneas. Essa leitura preconceituosa dos saberes e dos fazeres bantu é negada pelo autor, no primoroso Capítulo 3.

O autor oferece ao leitor uma cuidadosa transcrição do processo-crime instaurado para apurar a trama dos escravos revoltados e a localização dos senhores do 1832 nos censos populacionais.

Senzala insurgente é um livro para ser lido e relido pelos que desejam conhecer um pouco mais as entranhas da cosmovisão africana.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Marcos Ferreira de. "Rebeldia e resistência: as revoltas escravas na província de Minas Gerais (1831-1840). Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1971 (1960), 2 volumes.

CAPONE, Stefania. "Entre Yoruba et Bantou: l' influence des stéréotypes raciaux dans les études afro-américaines", *Cahiers d'Études Africaines*, 157s, 2000.

CARNEIRO, Edson. *Religiões negras: negros bantos*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1981 (1936-1937).

FREITAS, Décio. *Insurreições escravas*. Porto Alegre: Momento, 1976.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio: aspectos da rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista: INL, 1972.

LIENHARD, Martin. *O mar e o mato: histórias da escravidão*. Luanda: Kilombelombe, 2005.

MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ; São Paulo: EDUSP, 1994

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*. São Paulo: Obelisco, 1959. QUEIROZ, Suelly Robles Reis de. *Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1977.

RAMOS, Arthur. *A aculturação negra no Brasil*. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1942.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês, 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003² (1986)

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1976⁴ (1933).

SLENES, Robert W. "A árvore da Nsanda transplantada: cultos kongos de aflição e identidade escrava no sudeste brasileiro (século XIX), in LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (orgs.) *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, pp. 273-314.

XAVIER, Regina Célia Lima. *Religiosidade e escravidão, século XIX: Mestre Tito*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

Recebido: 11/01/2014

Aprovado: 29/01/2014